

Fundo quer dívida dos pobres menor

Washington — O comitê interno do Fundo Monetário Internacional (FMI) pediu aos países ricos para reduzir as dívidas oficiais dos países mais pobres do Terceiro Mundo, e defendeu uma baixa das taxas de juros para reativar o crescimento econômico global.

“O comitê, máxima instância do FMI, pede ao Clube de Paris para continuar reestruturando e reduzindo a dívida dos países mais pobres”, afirmou o diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, ao terminar ontem em Washington as reuniões de primavera desse instituto e do Banco Mundial.

Uma proposta britânica de reduzir dois terços das dívidas públicas dos países mais pobres foi apoiada por numerosos membros do comitê, disse Camdessus.

A iniciativa é conhecida como Proposta de Trinidad porque foi feita no ano passado nessa ilha do Caribe pelo então ministro das Fi-

nanças e atual primeiro-ministro da Grã-Bretanha, John Major, durante uma reunião das Nações Unidas da Comunidade Britânica.

Camdessus disse, por outro lado, que o comitê reconhece o caráter excepcional da redução de 50% da dívida oficial acertada pelo Clube de Paris com a Polônia.

O Clube de Paris tem como regra examinar cada caso em separado. No futuro, é possível que para alguns países faça menos e, por outros, mais, especialmente os mais pobres, diz o diretor-gerente do FMI.

Na atual etapa, a assistência financeira e técnica dos países ricos e das organizações internacionais é essencial para a Europa do Leste, mas os capitais privados estrangeiros devem ter nessa região um papel cada vez mais importante e, em última instância, decisivo, destaca um comunicado do comitê.

O organismo não tomou qual-

quer decisão sobre uma proposta de uma nova emissão de Direitos Especiais de Saque (DES), a moeda especial do FMI que serve como ativo de reserva e meio de pagamento internacional.

A emissão exigida pelo Terceiro Mundo, foi apoiada pelo Japão e França como um meio de aliviar a crise mundial de poupança.

“O assunto foi evocado por vários países, mas não teve apoio suficiente”, disse o presidente do comitê, o ministro canadense da Indústria e Comércio, Michael Wilson. “O FMI continuará estudando o assunto”, acrescentou.

Os Estados Unidos são contrários à emissão de DES, e têm o poder de veto sobre a medida, que precisa do apoio de 85% do poder de voto no FMI.

Os Estados Unidos defendiam uma redução das taxas, mas a maioria dos demais países foi contrária.